

O Livro de Alveitaria do mestre Giraldo numa perspectiva da Linguística de Texto de Especialidade

António Franco

Introdução

É indiscutível o interesse crescente da Linguística moderna pelo período que vai sensivelmente dos sécs. VIII/IX até aos sécs. XV/XVI – o período em que se desenrola o processo de transição para a escrituralidade por parte das línguas vernáculas europeias, até se terem, com êxito, substituído ao Latim.

Em Portugal, “o surto recente de estudos de textos não-literários” medievais (Parkinson, 1995, 667), dedicados em boa parte à dialectologia, é sobretudo uma consequência, se bem que tardia, das investigações, de alguma apreciação crítica e do exemplo pioneiro dado por Cintra (1963;1999); em outros países europeus, leva-se alguma vantagem sobre o que se verifica no nosso país: nesses, o reavivar do interesse por aquele período da história das línguas decorre, entre outras coisas, do trabalho de antropólogos e historiadores da cultura como Goody (1968) e Ong (1982), que chamam a atenção para o papel essencial da evolução das técnicas de comunicação. E se, do ponto de vista do linguista empenhado na área da investigação das linguagens de especialidade, a análise relativa a estádios mais antigos da(s) língua(s) ainda não produziu o volume de trabalhos que seria de desejar, isso deve-se com certeza também ao facto de essa área de investigação e a historiografia da ciência da língua só terem elas próprias entrado nos últimos 30 anos no horizonte de interesses da Linguística.

Apesar de ainda há poucos anos haver sinais de que não se podia dar por encerrada a discussão em torno da questão da sua identidade e independência tanto no plano teórico-científico como metodológico (cfr. Bungarten, 1993), o certo é que também cada vez mais há a afirmação da consistência e da autonomia da Investigação das Linguagens de Especialidade (Fachsprachenforschung) ou, se se quiser, da Linguística de Texto de Especialidade (Fachtextlinguistik) como orientação investigativa própria. Impulsionada pelos progressos da ciência e da técnica e pelo crescente intercâmbio internacional em todos os campos da ciência e da economia, ela tem-se aberto, tal como outras disciplinas científicas, à interdisciplinaridade, à interculturalidade, à contrastividade, procurando integrar princípios e métodos que lhe permitam abordar e explorar sistematicamente os textos de especialidade nos seus vários planos e dar conta das condições e mecanismos da sua produção e recepção.

É na perspectiva dos conhecimentos da Linguística de Texto de Especialidade que aqui se apresenta um pequeno estudo sobre o texto do *Livro de Alveitaria* do Mestre Giraldo. Não sigo, pois, o mesmo caminho dos trabalhos de investigação (ainda do séc. XIX e princípios do séc. XX) relativos às linguagens específicas, isto é, não me ocuparão aqui questões filológicas, etimológicas, nem histórico-culturais e de história de língua.

1. O Livro d'Alveitaria¹

O “Liuro dalueitaria pera quallquer besta que qujseres” é uma tradução levada a cabo por

¹ Sirvo-me do texto publicado por Pereira, Gabriel, in: *Revista Lusitana*, XII, 1909, 1-60.

Mestre Giraldo, médico de D. Dinis, por encomenda expressa deste rei, como se lê no prefácio: “o muy noble Senhor rrey dom donjs mandou a m̃y meestre giraldo que conposesse e hordenasse hũu liuro ho m̃jhor que e m̃y semelhasse ... E eu com ajuda de deos assy trelladey e hordeney todo per linguagem portugues...”. No final do livro, logo após o brevíssimo capítulo LXI, encontra-se um dado importante quanto à datação: “aqui se acaba hũu liuro de aluejtarja que treladou e hordenou mestre Giraldo fisico do nobre senhor rrey dom donjs per seu mandado na çidade de Lixboa na era da encarnaçõ de Jhesu Christo mjll iij.^c xviii^o (1318) anos.”

Este primeiro tratado de veterinária em língua portuguesa é constituído ainda por um índice dos assuntos tratados nos 17 capítulos que constituem a primeira parte – que “he das cousas que conuẽe ao caualllo do tenpo em que naçe ataa o tenpo que lhe deytam freo e sella” – e nos 61 capítulos que integram “ a segunda [que] he de todallas enfermidades que podem acaecer aos caualllos da cabeça ataa os pees tam bem de doenças naturaes como doutras acidentaaes...” No final da obra surgem ainda cinco capítulos que foram redigidos por outro autor que não Mestre Giraldo.

1.1 Fontes do texto e tradições discursivas

Fica-se a saber também pelo prefácio que nos princípios do séc. XIV eram conhecidas em Portugal várias cópias de “hũu liuro de alueitaria que fez *theuderique*” e “outro liuro que fez Jurdam de calauero que ffoy tirado deste de theuderjque segundo como parece”. O facto de o primeiro se encontrar “escripto desuairadamente segundo desuairados liuros” e o segundo igualmente “escripto em desuairadas guisas e sem hordenamento dereyto” constituiu-se na razão próxima para a tarefa da compilação ordenada das matérias daqueles tratados. Independentemente da discutível informação quanto à dependência da segunda obra em relação à do dominicano Teodorico (cfr. para o efeito Vasconcellos, 1910, 159-164), o certo é que esses dois autores – aliás, mais uma vez explicitamente referidos no texto da 2ª parte do *Livro de Alveitaria*, cap. II, pág. 19, linhas 26-27 – não serão as únicas fontes seguidas: para além de uma duvidosa referência à Frei Teodorico (2ª parte, cap. XXI, pág. 33, l. 20) - “ho meestre que fez este liuro” -, encontram-se outras como: “algũus proençaes curam esta doença per tall gujsa” (cap. XX, pág. 33, l. 5-6); “chamomlhe *chimorrea*” (cap. 3, pág. 20, l. 17); “diz Eogerjo” (cap. IV, pág. 22, l. 7); “algũuns lhe fazem assy” (cap. XII, pág. 27, l. 30-31); “fazem algũus assy” (cap. XXX, pág. 40, l. 32); “algũus as talham” (cap. XLIII, pág. 48, l. 40); “e sabe que eu aprendy de hũu freire” (cap. LV, pág. 54, l. 35-36).

Por este tipo de indicações indefinidas, parece não restarem dúvidas de que serviram de base ao livro não apenas documentos escritos, mas informações orais. Quanto aos textos escritos não é crível que se tivesse tratado de obras em línguas “vulgares” como o provençal, o castelhano, o catalão ou outras; como sublinha Vasconcellos (1910, 158-159), “os numerosos termos medicinaes *latinos*, de que Mestre Giraldo se serve, falam, pelo contrário, a favor da hipótese *latina* ... E essa língua internacional dos eruditos seria a originária, tanto de Frei Theuderique como de Jordão de Calábria”. No entanto, se atendermos a que Mestre Giraldo se apoiou realmente também em conhecimentos veiculados oralmente, a questão, para nós importante, que aqui se põe é a da presença ou do encontro do oral e do escrito, isto é, de aspectos mediais e conceptuais da passagem à escrita da língua portuguesa.

Os conceitos de “oral” e de “escrito” merecem uma reflexão prévia. Com efeito, pode parecer à primeira vista que se trata simplesmente de duas modalidades de realização material de enunciados da língua; mas facto é que essa oposição entre manifestações comunicativas, fónica e gráfica, não é suficiente para explicar a complexidade do fenómeno oralidade/escrituralidade, dado que há enunciados realizados fonicamente mas cujos traços não são, na nossa intuição, típicos da oralidade, enquanto, por outro lado, em certas manifestações da língua por via de sinais gráficos não é, por vezes, fácil descobrir características de escrituralidade.

Para além do meio (*medium*) de realização – fónico/gráfico – é necessário levar em conta a perspectiva da concepção falado/escrito (que se prende com aspectos como o da construção sintáctica, coesão e coerência textual, níveis de linguagem, etc.) e admitir possibilidades de combinação de ambas as dimensões. Quer dizer, a variação de concepção não é determinada pelo meio, mas correlaciona-se, antes, com uma variação da actividade comunicativa, função ela própria dos vários factores envolvidos na comunicação, de condições conceptuais-situacionais e dos fins comunicativos. Por outras palavras, as estruturas linguísticas e os procedimentos textuais são o reflexo dos factores e das diversas possibilidades combinatórias das condições de comunicação de acordo com as quais se originam os textos. Desses aspectos interessa salientar aqui, de entre outros: o grau do traço ‘privado/público’ da comunicação; o grau de familiaridade/não-familiaridade dos parceiros de comunicação; a faceta de participação ‘emocional/não-emocional’; a dependência/independência do texto relativamente às condições em que é produzido e em que se faz a sua recepção; e o grau de menor/mais forte rigidez temática. Estes e outros parâmetros e suas combinações são subsumidos por Koch/Oesterreicher (1990,10) nos conceitos de ‘proximidade comunicativa/distância comunicativa’.

No caso do texto que nos ocupa, a selecção dos elementos que o constituem permite distinguir entre se se trata de um texto de comunicação imediata ou destinada a uma distância comunicativa. Apesar de o seu autor se ter baseado também em informações orais, elas terão de ser entendidas como textos que, do ponto de vista da sua concepção, seriam textos mais ou menos elaborados e reflectidos, não destinados senão à veiculação de informação específica em situações particulares. E essas características devem aproximá-los, em algum grau, das de um texto que obedece a técnicas de comunicação escrita.

O recurso ao suporte escrito permite que a informação fique protegida das variações e flutuações da produção oral espontânea, seja estável e esteja disponível a qualquer momento; e garanta a reutilização e a comunicação em diferido, preterindo, pois, o complexo de condições que caracterizam a proximidade comunicativa. Estes aspectos do meio escrito asseguram eles mesmos, no plano histórico, a continuidade dos mesmos géneros de texto ou das tradições discursivas (Coseriu, 1981, 35-47), entendidas no sentido de (complexos de) normas historicamente estabelecidas, transversais a várias comunidades linguísticas ou definíveis como “moldes histórico-normativos, socialmente estabelecidos que se respetan en la producción del discurso” (Jacob/Kabatek, 2001, VIII)². Mas são também eles que, no caso da língua portuguesa medieval que se abalança na aventura da escrituralidade, permitirão a introdução de novas configurações expressivas, com os respectivos materiais linguísticos, que constituem assim novidade em relação aos padrões latino, provençal, árabe e outros que terão tomado como referência. Neste quadro, ganha talvez maior acuidade a consciência linguística que teve D. Dinis e também a que teve do seu trabalho o próprio Mestre Giraldo ao registar, no início do prólogo do seu livro: “Quando as sciencias e as artes sson escriptas e emsignadas segundo hordenamento quall devem podennas os homens achar mais asinha e ho entendimento er podellas ha mais ligeiramente filhar e entender”. O que aqui se iniciava não era senão mais um passo na tradição discursiva dos tratados, mas agora em “linguagem portugues” por determinação daquele rei.

2. O tratado como género de texto

O que atrás se disse muito concisamente sobre géneros de texto, aliás comuns a todas as regiões linguísticas da ‘Romania’, ou sobre tradições discursivas recorrentes é talvez o bastante para se entender que elas podem ser tomadas como critério classificatório dos textos medievais.

² Cfr. também Oesterreicher, 1997, 23; e Reiß/Vermeer, 1984, 178.

É assim que Cintra (1999), mesmo sem discutir expressamente critérios para uma tipologia, considera que os principais textos portugueses medievais não-literários dignos de serem objecto de estudos linguísticos, particularmente dialectológicos, se podem classificar nos seguintes grupos: 1) documentos régios; 2) documentos particulares; 3) leis locais, distinguindo aqui os forais e os foros ou costumes e 4) leis gerais (ibid., 203-204). A estes junta ainda outros, “d’un type spécial” (ibid., 204), a saber: Inquirições, os obituários e os inventários (ibid., 214). Esta lista de Cintra podemos-la nós agora ampliar com o livro de Mestre Giraldo como representante em português da tradição discursiva “tratado”.

Este género de texto, que se havia de revelar ser muito ao gosto da sociedade de quatrocentos não apenas em Portugal, contribuiu não só para a afirmação das línguas vernáculas como línguas de cultura, mas tornou-se no veículo de divulgação de conhecimentos específicos que deixam, pouco a pouco, deste modo, de ser apanágio exclusivo do número reduzido dos detentores do saber. No caso particular do *Livro de Alveitaria*, redigido no final da segunda década do séc. XIV, estamos, porventura, perante uma das marcas mais precoces da necessidade, típica do Renascimento, da divulgação do saber.

2.1 Alguns aspectos textuais e pragmáticos

Já mostrei anteriormente que, do ponto de vista macroestrutural, o *Livro de Alveitaria* obedece a um esquema: para além de um título, é constituído por um prefácio em que o autor se identifica (como “meestre giraldo”) e em que anuncia o modo de organização da obra “em duas partes”. Segue-se um índice correspondente aos capítulos que integram cada uma dessas partes do corpo do texto. Após o (último) capítulo LXI, surge uma espécie de posfácio de que consta novamente o nome do autor, mas também a sua ocupação profissional e o ano em que terminou o livro que traduziu e compilou por incumbência do seu rei. Ora estes elementos, contidos naquelas notas iniciais e finais que representam como que uma moldura do texto propriamente dito, são importantes indicações metacomunicativas (Frank/Hartmann, 1993): não só informam acerca dos antecedentes e génese do tratado (com alusão ao agente e acto de encomenda e respectiva satisfação); da sua integração numa dada tradição discursiva; do contexto cultural e temporal (data) em que surgiu, como revelam um dado relevante acerca da competência técnico-científica do seu compilador. Além disso, testemunham, como referi, a consciência que o próprio Mestre Giraldo teve do contributo que representaria um empreendimento como o que aceitou.

Não podem restar dúvidas de que o livro tem uma índole prática e didáctica, destinando-se a uma recepção descontínua, não necessariamente sequencial: o índice permite a identificação e a selecção do(s) capítulo(s) que em dado momento mais interessa(m). E se, em relação ao(s) destinatário(s), não se encontra nenhuma referência que o(s) identifique, mesmo assim não é difícil compreender que ele(s) está/estão sempre presente(s) ao longo da obra. Denunciam isso mesmo as formas verbais da 2ª pessoa do singular (especialmente as de imperativo) – como por exemplo “deues a saber”, “depois que souberes ... faze de gujssa que...”, “e sabe que...”, “e guarda bem...”, “filha ... e acaenta todo e lançalho ...” – que parece terem em vista, em primeiro lugar, alguém com dado grau de cultura, que soubesse ler e pudesse depois divulgar, por sua vez, a informação, a teoria. A confirmar-se este mecanismo, teremos, para além desse leitor-destinatário primeiro, ainda aqueles que são visados por formas verbais da 3ª pessoa do plural do presente do conjuntivo com função imperativa – como, por exemplo, “metâlhe hũu cabresto”, “tragãno”, “e deuẽno a tanger com as mãos”, “alçemilhas”, “e batam” – e que são muitas vezes convocados a executar tarefas práticas (umas vezes, pouco específicas, mas outras, especializadas) previsivelmente na sequência das orientações recebidas, por via oral, da parte daquele destinatário preferencial. Se bem que deste grupo não fique necessariamente excluído o destinatário das formas da 2ª pessoa do singular, há todavia sinais de uma

demarcação entre um 'tu' e os 'outros'. Creio que isto se pode deduzir tanto da 1ª como da 2ª parte do *Livro de Alveitaria*, apesar de ambas serem estrutural e pragmaticamente diferentes. Ambas integram um texto do tipo informativo (Reiß, 1983, 12; Reiß/Vermeer, 1984, 150, 157), isto é, um texto em que a veiculação de informação técnico-científica está em primeiro lugar; mas, enquanto na 1ª parte a função comunicativa consiste predominantemente em transmitir informação com o fim de disponibilizar ao destinatário preferencial conhecimentos teóricos gerais (fornecendo-os de raiz ou ampliando-os), a função da 2ª parte parece-me ser mais acentuadamente instrutiva: trata-se de levar os parceiros de comunicação não só a apropriarem-se de certas capacidades, mas também a executarem, isto é, a aplicarem na prática esse saber.

A distinção entre as duas partes constituintes do corpo do livro parece-me, pois, assentar na natureza diferente da informação e na finalidade para que é transmitida. Esta distinção relaciona-se, aliás, com certas marcas internas ao texto e de que apenas sublinharei algumas. A mais conspícua é o emprego do verbo “dever” em actos directivos de grande frequência na 1ª parte. Construções como: “deues a saber”, “deue de seer”, “deue a siguir”, “o deuem trager”, “deues saber”, “deue de teer”, “deue estar”, “deuem a comer”, etc. são recorrentes em alto grau: só no 1º capítulo encontro-las 18 vezes, 4 das quais em construções negativas. O autor do texto tem em vista, por um lado, fazer recomendações e, por outro, não se demite de advertências ou de proibições. Actos de fala directivos são também aqueles que se realizam através do recurso simples a formas verbais de imperativo.

Ainda para tomar o 1º capítulo da 1ª parte como exemplo, verifica-se, como nos restantes dezasseis, que ele corresponde a uma área temática, a anunciada no título (ou epígrafe), que é desenvolvida nos seus vários aspectos e subaspectos. Estes, por sua vez, ocupam ou uma frase distinta ou então um parágrafo também óptico-graficamente assinalado. Mas a sequencialidade da informação é garantida pelo emprego de sinais vários: a conjunção “e” com função de sequenciação, ou pelos marcadores “e depois”, ou “outrossy”, ou “item”, ou “e outrossy”, ou “e ainda” ou “e assy”.

Se na 1ª parte se constata em cada capítulo certa unidade temática, os da 2ª parte estão organizados de outro modo: uma primeira área temática coincide com a descrição – designação (que pode ocorrer antes ou depois dos), sintomas, localização e etiologia – da respectiva “enfirmidade”, sendo a outra área temática a da proposta de tratamento ou das instruções para a preparação da correspondente “meezjnha”. Temos, assim, em cada capítulo, uma estrutura bipartida: uma parte inicial em que predominam os actos de fala representativos-descritivos e uma segunda dominada por actos instrutivos. Uma característica textual típica da 2ª parte do livro é que a área temática da terapêutica é as mais das vezes anunciada ou introduzida pela estrutura “... a cura ... he”, ou “a cura desta doença he tall”, ou “e a cura ... seia tall”, ou “a cura pode seer tall” ou “e a cura ... he tall” (esta, sistemática a partir do cap. VI). O que surge logo após esta indicação catafórica ou são sequências de procedimentos, integradas, como se disse, por formas de imperativo, ou, no caso de se propor a confecção do medicamento, ainda enumerações dos ingredientes necessários. Daí resultam construções como: “Ffilha ho encenço redondo e longo e a almeçega e ho sanguy dragom e o bollo armeryco ... e mestura todo com clara douo como emprasto e pøeno em çima duu bragall ... e rrayanlhe prjmeiro estes logares na cabeça ... e lavemlho com vjnho queente e ponhamlho este enprasto ...” (cap IV, pág. 21, l. 24-30) ou: “Ffilha as maluas e o gigante e a parjtarja que chamam alfauega de cooura e a mercurjall e a erua das viollas e do farello do trijgo e cozãnas em auga e depois filhem a calda coada e deyttmlhe do mell e do sall e do azeite e mesturem bem todo ...” (cap. XIX, pág. 31, l. 33-37).

Um ponto que cabe ainda registar aqui diz respeito às poucas marcas inequívocas, no texto, da presença e da intervenção directa de Mestre Giraldo como autoridade. Na 1ª parte, (cap. VI, pág. 11, l. 14-15) surge na 1ª pessoa, revelando a sua opinião quanto à água que o cavalo não deve beber: “E porende er entendy que auga frja e muj corrente nom pode mujto nudrjr...”. Também na 2ª parte (cap. XII, pág. 27, l. 35 e segs.) manifesta o seu parecer crítico em relação à prática veterinária de outros, apresentando justificação: “E eu nom louuo esta cura

que o rrosalgar he prijgosso hu quer que o pôoe”. No cap. XXV (pág. 36, l. 22 e segs.) apoia-se mais uma vez na sua experiência e autoridade para fazer prevalecer um tratamento em detrimento de outros conhecidos: “Contra as coussas dictas eu as prouey per mujtas vezes estas meezjnhas adiante escriptas”.

Na passagem: “Algũs as talham ou lhes deytam poos corrosiuos. Mais esto he prijgoo ca lhe tornam outra vez. Mas façanlhe esto que he prouado” (cap. XLIII, pág. 48-49, l. 40/1-2), não é tão evidente que se trate da posição só do autor, embora não se possa excluir essa possibilidade.

Outros casos há em que só por comparação com os textos-fonte é que se poderia afirmar com certeza se é de Mestre Giraldo o que parece muito bem ser do responsável pela organização do texto e que é um traço de preocupações expositivo-didáticas: “Dicto he de como deuem filhar e amanssar o caualllo agora digamos da guarda e da ensignança ...” (1ª parte, cap. XIII, pág. 14, l. 4-5; sublinhados meus, A.F.) Também não se pode senão supor que seja da sua responsabilidade a apreciação valorativa-apelativa: “E outrossy digo que he boo rremedio e prouado” (cap.II, pág. 20, l. 6-7). Mais duvidosos quanto à autorialidade são, entre outros, poucos, os pareceres: “E estas curas ssom todas boas” (cap. V, pág. 22, l. 33); “... e he todo boo e prouado” (cap.VI, pág. 23, l. 15-16); “ e isto he prouado” (cap. XXII, pág. 34, l. 9-10) e “E por ende fazem algũs assy e he muj bem” (cap. XXX, pág. 40, l. 31-32).

3. O Livro de Alveitaria e a sua linguagem de especialidade

A propósito dos tratados de alveitaria e cetraria de Mestre Giraldo, escrevia Carolina M. de Vasconcellos (1910, 149) que as “duas obras ... recheadas naturalmente de noções muito positivas e de termos técnicos curiosos, merecem a atenção de todos quantos se ocupam da língua, da literatura e da civilização pátria”.

O que aqui me interessa, sob o ponto de vista de quem se “ocupa da língua”, são também, obviamente, os termos técnicos, mas o que deixo desde já assente é que: a) uma linguagem de especialidade não se define nem se pode definir apenas pelos termos técnicos que usa; b) abstenho-me aqui de listar aqueles que me pareçam ser ‘termos técnicos’; c) não vou contrapor os conceitos de “linguagem geral” e de “linguagem de especialidade”, em virtude de vários problemas definitórios – entre os quais, o de saber como poderíamos nós, à distância, descrever rigorosamente a “linguagem geral” portuguesa dos princípios do século XIV – e de delimitação que acarretam; d) partilho da posição de Kalverkämper (1990), segundo a qual os textos-em-função, isto é, como unidades comunicativas e não apenas como entidades definíveis segundo critérios linguístico-formais, podem ser, segundo uma escala variável (“gleitende Skala”, *ibid.* 117), ‘extremamente ricos em marcas de linguagem de especialidade ou extremamente pobres nessas marcas’ (cfr. *ibid.*, pág 112) e o aspecto de especialidade da língua de um texto é uma característica textual.

Nesta medida, uma dada linguagem de (um texto de) especialidade, como a do *Livro de Alveitaria*, apresenta um leque de formas linguísticas de diverso grau de especialização e recorre, em virtude das suas intenções didáticas e de divulgação, a procedimentos vários, que iremos caracterizar, para tornar acessível a informação também àqueles destinatários que não sejam, no sentido estrito do termo, “especialistas” no campo da veterinária.

Um dos recursos usados logo no início da obra (1ª parte, cap. I), embora o não seja sistematicamente, é o da definição (definição real): parte-se de um termo como *definiendum* - por exemplo “estillo”, que está com certeza em vez de “estallo” (cfr. Vasconcellos, 1910, 313) – e apresentam-se termos conhecidos, em português, através dos quais é definido (*definiens*). Esta definição é precedida pelo marcador metacomunicativo “tanto quer seer em nossa linguagem” (pág. 6, l. 26-27).

No cap. IV, sobre “quaees deuem ser as prisooes pera prender os caualllos e de quantas gujssas”, parte-se do termo “prisooes” como conceito supraordenado relativamente a “cabresto

e “arretall”. Para o primeiro (hipónimo) não se propõe uma definição construída como a anterior. Parece, à primeira vista, pressupor-se que os destinatários sabem do que se trata, mas mesmo assim, ao estipularem-se as características a que deve obedecer, acrescenta-se: “E deue de seer tall que lhe cayba na cabeça”, portanto elementos do mesmo campo experiencial ou do mesmo plano isotópico que permitem a identificação do objecto. Se naquele primeiro exemplo a solução é marcadamente semasiológica, a onomasiológica também é explorada, mesmo em relação a termos não-latinos: “E outrossy nas pernas deue de teer hũa corda legada a de parte em cada perna. E esta prisam chamam arretall...” (pág. 9, l. 11-13).

Nem sempre os termos técnicos são explicitados por definições. Isso sucede com termos como, por exemplo, “alcafar” (cap. V, pág. 9 l. 34 e 41) – que seria talvez de uso corrente para dispensar esclarecimento. No entanto, os contextos em que ocorre, a contiguidade relativamente a “partes derradeiras” permite concluir que se trata da zona lombar do cavalo. Outro tanto sucede com “ho almafaçe e ho mondill” (cap. V, pág. 10, l. 3-4) que, no contexto: “e alynpêno muy bem e esfregêno ...”, se identificam como instrumentos para a limpeza do cavalo. São os actuais ‘almofaça’ e ‘mandil’.

Uma outra estratégia, usada uma única vez no *Livro de Alveitaria*, é o recurso, eficiente e económico, a elementos não-linguísticos: desenhos, combinados com texto a legendá-los. “Ahy outras magneiras muytas de freos que aqui sam feguradas e os nomes que ham” (cap. XI, pág. 12, l. 29-30). Considero digna de menção especial esta solução (grafismo), visto que, para além das razões que aduzi, ela deve prender-se com um outro tipo de tradição discursiva que será interessante seguir e analisar noutra ocasião.

Estes procedimentos, excepto o último, são mais frequentes e mais elaborados na 2ª parte do tratado, correlacionando-se com a sua finalidade diversa. É assim que, por exemplo, logo no início do cap. I (pág. 18, l. 4 e segs.), se lê: “Aas vezes aqueçe que o caualllo de ssa nacença naçe com seus nenbros desanaturadamente e esto he dicto segundo latim *de raro contingentibus*. E outrossy pode seer chamado em latim *axstrum* e quer dizer em nossa linguagem marauilha...” – revelando o cuidado de não abandonar (também por razões mnemónicas) o termo latino designador de uma doença, com sintomas (supostamente considerados) conhecidos, e não faltando com a conveniente explicação em português. Uma variante paralela deste processo consiste em recorrer a uma denominação aparentemente em português (resultante de tradução literal³ ou tendo por base uma informação oral de proveniência não identificada e assinalada pelo marcador metalinguístico “chamam”) para a qual se indica também o termo vernáculo: “Hũa enfermidade vem aos caualllos que chamam friura da cabeça e chamamlhe em nossa linguagem mormo que nom corre ajnda mujto...” (cap. II, pág. 18, l. 36-38).

Nos capítulos subsequentes predomina, sistematicamente no seu início, a técnica da definição, ora por via semasiológica, ora onomasiológica, usando ou não a denominação latina consagrada e o termo técnico correspondente no português da época. Exemplos:

“*Lampastus* he hũa enfermidade que se faz ao caualllo na boca em çima da queixada de susso sobrellos dentes ...” (cap. VI, pág. 23, l. 5-6);

“Ffazesse hũa jnfirmdade aos caualllos no espinhaço ... E esta doença chamam em latim *crabuncollos* e em nossa linguagem verezes”. (cap. XXXI, pág. 41, l. 6-9);

“Algũuas vezes auem que se mete algũa espjnha ou estaca ou algũa cousa tal ao caualllo no geolho ou em algum logar das pernas ou dos braços ... E esto podem chamar estrepadura do braço”. (cap. XLVII, pág. 50-51, l. 38-40/1).

³ A hipótese de que se trata de tradução literal é sustentada por casos idênticos como o do cap. V, pág. 22, l. 21-22: “... e a esta jnfirmdade chamam em latym mall da boca e em nossa linguagem trauagem...”.

4. Conclusão

A propósito da obra que resultou da necessidade reconhecida de fixar por escrito, pela primeira vez, em língua portuguesa um conjunto organizado de preceitos a seguir na criação de cavalos e no tratamento das suas doenças, interessou-me analisar, do ponto de vista da Linguística de Texto de Especialidade, como o texto se integra na tradição discursiva do ‘tratado’ e estudar as formas e recursos linguísticos, estruturas e mecanismos pragmático-textuais deste género de texto. Verificou-se que todos se conjugam perfeitamente com a índole prática do livro, com as suas preocupações didácticas e com os seus objectivos de divulgação do saber específico da área da veterinária. Ficou de parte qualquer propósito de encaminhar o estudo no sentido de uma enumeração de termos técnicos e da discussão do problema da sua pertença à ‘linguagem geral’ ou à ‘linguagem de especialidade’. Em contrapartida, puseram-se em destaque as estratégias exploradas para a apresentação de conceitos e sua explicitação, bem como para a sua mais fácil retenção em memória.

Bibliografia:

- Baumann, K.-D.: *Integrative Fachtextlinguistik*. Tübingen: Narr, 1992.
- Bungarten, T. (Hrsg.): *Fachsprachentheorie*. Tostedt: Attikon, 1993.
- Cintra, L. F. L.: “Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie”. In: *Revue de Linguistique Romane*, XXVII, Centre National de la Recherche Scientifique, 1963, 40-58. [Reeditado in: Faria, I. H. (org.): *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Cosmos, 1999, 199-231].
- Coseriu, E.: *Textlinguistik. Eine Einführung*. Tübingen: Narr, 1981.
- Fluck, H.-R.: *Fachsprachen*. Tübingen: Francke Verlag, 1985.
- Frank, B./ Hartmann, J.: “Les indications métacommunicatives des premiers documents des langues romanes”. In: Selig, M/ Frank, B./ Hartmann, J. (éd.): *Le passage à l’écrit des langues romanes*. Tübingen: Narr, 1993, 207-226.
- Goody, J. (ed.): *Literacy in Traditional Society*. Cambridge, 1968.
- Hoffmann, L.: *Vom Fachwort zum Fachtext*. Tübingen: Narr, 1988.
- Jacob, D./ Kabatek, J. (eds.): *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica*. Frankfurt/M.: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 2001.
- Jacob, D./ Kabatek, J.: “Introducción: Lengua, texto y cambio lingüístico en la Edad Media iberorrománica”. In: Jacob, D./ Kabatek (eds.): *Lengua medieval...* Frankfurt/M.: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 2001, VII-XVIII.
- Kalverkämper, H.: “Gemeinsprache und Fachsprachen – Plädoyer für eine integrierende Sichtweise”. In: Stickel, G. (Hrsg.): *Deutsche Gegenwartssprache: Tendenzen und Perspektiven*. Jahrbuch 1989 des Instituts für deutsche Sprache. Berlin, New York: de Gruyter, 1990, 88-133.
- Koch, P.: “Diskurstraditionen: zu ihrem sprachlichen Status und zu ihrer Dynamik”. In: Frank, B./ Haye, T./ Tophinke, D. (Hrsg.): *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997, 43-79.
- Koch, P./ Oesterreicher, W.: *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*. Tübingen: Niemeyer, 1990.
- Oesterreicher, W.: “Zur Fundierung von Diskurstraditionen”. In: Frank, B./ Haye, T./ Tophinke, D. (Hrsg.): *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 1997, 19-41.
- Ong, W. J.: *Orality and literacy: The technologizing of the word*, London, New York, 1982.

- Parkinson, S.: "Os tabeliães de 1290 e a dialectologia medieval portuguesa". In: Pereira, C. C./ Pereira, P. R. D. (Coord.): *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, 667-676.
- Pereira, G.: "Livro d'Alveitaria do Mestre Giraldo". In: *Revista Lusitana*, vol XII, n^{OS} 12, 1909, 1-60.
- Reiß, K.: *Texttyp und Übersetzungsmethode*. Heidelberg: Groos, 1983.
- Reiß, K./ Vermeer, H. J.: *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie*. Tübingen: Niemeyer, 1984.
- Vasconcellos, C. M. de: "Mestre Giraldo e os seus tratados de Alveitaria e Cetraria". In: *Revista Lusitana*, vol. XIII, n^{OS} 3-4, 1910, 149-432.